

A Escravidão urbana em Instituições Assistenciais (1858-1861)

Urban slavery in assistential institutes (1858-1861)



DRAPCYNski, Alana*

 <https://orcid.org/0009-0005-0673-7999>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a escravidão urbana em instituições assistenciais durante a segunda metade do século XIX. Para investigação dessa realidade, escolheu-se um estabelecimento direcionado ao amparo do público feminino pobre da cidade de São Paulo: o Seminário da Glória. Pelo método da micro-história, a partir da história de uma escravizada do Seminário, a Africana Cecília, se observará a vivência de escravizados a serviço de instituições públicas. Através deste estudo, elucidou-se as novas dinâmicas sociais do sistema escravagista provenientes da promulgação da lei Eusébio de Queiroz (1850). A experiência dessa mulher cativa foi desvendada por meio de fontes disponíveis na seção dos Ofícios Diversos da Capital, fundo documental localizado no Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). Ademais, valeu-se de jornais do período, como o Correio Paulistano e o Diário de S. Paulo, para a expansão do entendimento sobre o cotidiano do Seminário da Glória, as esferas de atuação e os mecanismos de resistência empreendidos por cativos empregados em estabelecimentos públicos da cidade para a manutenção dos seus laços familiares, conquista de melhores condições de vida e alcance de sua liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Seminário da Glória; Escravidão Urbana; Cotidiano.

ABSTRACT: This paper aims to analyze urban slavery in assistential institutions in São Paulo during the second half of the 19th century. To investigate this reality, an institution dedicated to the education and assistance of poor girls in the city of São Paulo was chosen: the Seminary of Glory. Using the micro-history method, the daily lives of slaves in this institutional environment are examined, focusing on the story of a captive woman from the Seminary: The African Cecília. This study elucidates the new dynamics of the slave order that arose by the enactment of the Eusébio de Queiroz law (1850). The experience of this captive woman was uncovered through sources available in the section of Ofícios Diversos da Capital, a document collection located in the Arquivo do Estado de São Paulo (APESP). This investigation sheds light on the spheres of action and mechanisms of resistance employed by captives to maintain family ties, improve living conditions, and attain liberation.

KEYWORDS: Seminary of Glory; Urban slavery; Daily life.

* Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica. Este trabalho é decorrente de uma Iniciação Científica orientada pelo professor Dr. Alberto Luiz Schneider chamada Educação de mulheres pobres no Seminário da Glória (1825-1872) feita entre 2023/2024 e foi produzido com auxílio do CNPq. E-mail: alanamarchiorodrapcynski@gmail.com.



Introdução

O presente artigo tem o propósito de investigar as dinâmicas da escravidão urbana em instituições assistenciais na cidade de São Paulo. Essa realidade do universo escravagista será observada sob a lente de uma das mais duradouras instituições de beneficência social da capital paulista: o Seminário da Glória. Esse estabelecimento, em funcionamento por quase 120 anos, entre 1825-1940, tinha como propósito residir meninas órfãs e filhas de pais pobres oferecendo a essas crianças acesso à educação e instrução profissionalizante. Entretanto, o enfoque deste estudo não reside na experiência dessas meninas desamparadas, mas sim na história dos homens e mulheres escravizados que trabalharam no estabelecimento.

Para o aprofundamento sobre essa realidade, utilizaram-se fontes levantadas em fundos documentais do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Três fundos documentais foram utilizados: a Documentação dos Ofícios Diversos da Capital; a Secretaria do Interior da Província; e os Relatórios da Educação, produzidos entre 1852-1858 e 1861-1866¹. Também se recorreu ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Bndigital). Tendo como base importantes jornais da província de São Paulo, como o Correio Paulistano e o Diário de S. Paulo, foi possível analisar problemas e dificuldades do estabelecimento, muitas vezes encobertos pela equipe dirigente do olhar oficial, mas denunciados publicamente por deputados, inspetores e pela sociedade civil na imprensa.

O método utilizado para a condução da pesquisa foi o da micro-história italiana. Desenvolvido por Giovanni Levi e Maurizio Gribaudi na década de 1970, este método entende que casos individuais atuam como lentes para compreensão de estruturas mais amplas da sociedade. Em entrevista de 2020, Maurizio Gribaudi, professor, historiador e geógrafo da *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris, durante uma entrevista com Maria Ínes Vendrame, pontua que:

[...] penso que qualquer objeto histórico leva inscrita em si mesmo a totalidade dos elementos que compõem o contexto no qual ele ganha vida e evolui [...]. *A vida de*

¹ Os relatórios de 1851, 1859, 1860 e entre 1867-1872 estavam indisponíveis e não conseguiram ser localizados pela pesquisa.

um 'sujeito anônimo' se bem interrogada pode falar da totalidade das dinâmicas que atravessam conjuntamente uma sociedade: da validade e da ideologia dos poderosos, bem como das imagens das normas e práticas que se difundem nas zonas mais diversas do tecido social (Vendrame, 2020, p. 356).

Dessa maneira, a micro-história se apresentou como alicerce ideal para a investigação do objeto de pesquisa: a escravidão urbana em instituições assistenciais. Esse universo será analisado através da história de uma mulher escravizada à serviço do Seminário da Glória: a africana Cecília. A investigação de sua experiência permitiu elucidar os seguintes aspectos: 1) As tensões e conflitos que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo durante a crise do sistema escravista na metade do XIX; 2) Estratégias traçadas pelos cativos, com o auxílio de mecanismos institucionais e informais, para a manutenção de laços familiares e conquista de melhores condições de vida; 3) Por último, as táticas utilizadas por esses sujeitos para o alcance de sua liberdade.

Todavia, antes de adentrar essas questões, vale pincelar alguns aspectos centrais sobre a história do Seminário da Glória, analisando qual era o grupo atendido por esse estabelecimento e quais eram os projetos sociais da instituição ao prestar auxílio a essas pessoas. Nesta busca, torna-se possível enxergar como a instituição se integrou dentro do universo da escravidão.

O Seminário da Glória e suas funções sociais

O Seminário das Educandas de Nossa Senhora da Glória foi criado no dia 8 de janeiro de 1825, pelo primeiro presidente da província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros. O estabelecimento tinha como fim amparar meninas órfãs, filhas de militares que morreram a serviço da nação, as fornecendo acesso à educação. Foi inaugurado na Chácara da Glória, situada no atual bairro Ipiranga. Em 1833, a instituição foi transferida para a Freguesia da Santa Ifigênia, na Rua do Acú, região central da cidade, onde permaneceu por grande parte de sua história no século XIX (Marcílio, 2019, p. 199).

Instituição de ensino assistencialista-leigo, a terminologia “Seminário” não deve sua origem a qualquer orientação religiosa. De origem latina, sinônimo de viveiro, o termo “Seminário” era utilizado para caracterizar instituições de auxílio social. Nos Estatutos de sua inauguração, em 1825, coloca-se que o objetivo da entidade era auxiliar: “[a] miséria orfandade do sexo feminino cuja pobreza é poderoso veículo de tantos costumes e vícios

que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas tanto influem na depravação e estraga geral dos costumes.” (Borges, 1980, p. 11).²

Como se pode perceber pelo trecho acima, a inauguração do Seminário da Glória atuou em reflexo à conjuntura econômica e social de São Paulo de fins dos setecentos e início do XIX. Afinal, nesse período a cidade experienciou a expansão da população de crianças abandonadas, que, ao crescerem pelas ruas, sem auxílio nem educação, se tornavam sujeitos considerados problemáticos. Esses pequenos eram vistos pela elite governante como uma das causas da insegurança, criminalidade e insalubridade nas cidades. Portanto, na capital paulista, visando ao controle desses meninos e meninas desamparados, foram instituídos diversos estabelecimentos de beneficência social. Além do já mencionado Seminário da Glória, criado em 1825, também foi inaugurado o Seminário de Sant’Anna, no mesmo ano, que era direcionado à educação e profissionalização do público masculino. Um ano antes, no dia 2 de setembro de 1824, foi criada a Roda dos Expostos, localizada no Hospital da Santa Casa da Misericórdia com o intuito de residir bebês enjeitados por suas famílias (Marcílio, 2019, p. 63-64 e 70).

Em suma, a filantropia constituiu-se como um mecanismo de organização da sociedade durante as grandes transformações do século XIX. Dessa maneira, atuou como uma forma de interiorização das normas, leis e costumes projetados pelas elites governantes durante um momento de construção da ideia de nação brasileira. Ou seja, a filantropia social, desenvolvida nesse momento, teve como projeto controlar e ordenar a população “destoante”, criando mecanismos de dependência social dos mais pobres com os setores dominantes. Afinal, frente à dificuldade de subsistência e às tensões da vida cotidiana, que impossibilitavam a manutenção das crianças no seio doméstico, os mais depauperados recorriam aos espaços assistenciais como uma forma de aliviar situações familiares, muitas vezes, economicamente insustentáveis (Costa, 1979, p. 51-52).

Durante seus primeiros anos, de 1825 até 1851, o Seminário da Glória tinha o projeto de guiar as jovens “filhas da nação” para o matrimônio, tendo como objetivo torná-las boas mães e honradas esposas, educando e moralizando as internas sob moldes pautados na forma de convivência doméstica vigente entre as elites. No entanto, durante a segunda

² *Estatuto de 10 de agosto de 1825, livro 216, lata 79, n. de ordem 436, p. 36* apud BORGES, Wanda Rosa. *A profissionalização feminina, uma experiência no ensino público*. Edições Loyola, 1980, p. 11.

metade do séc. XIX, a instituição passou a aderir a um sistema de ensino de vertente profissionalizante, capacitando as educandas para o exercício do magistério primário (Borges, 1980, p. 14-15).

Essa reorientação do projeto assistencial do Seminário fora decorrente da expansão do sistema educacional na província de São Paulo em meados dos oitocentos. A ampliação da rede escolar tornou-se um imperativo frente às transformações urbanas da capital, que requisitavam um novo nível de escolaridade tanto entre homens como mulheres. Entretanto, a relativa escassez de mão de obra feminina habilitada para o magistério primário apresentava-se como um entrave para a ampliação da malha educacional (Hilsdorf, 2015, p. 48).

Durante todo o Império houve uma escassez de professores para suprir as cadeiras de ensino. Nesse período, houve uma clara opção política por parte do governo visando à fácil regulamentação do trabalho do professor, tornando os exames para a habilitação de baixo nível e alta aprovação. Ademais, o magistério era visto como uma opção pouco atraente frente aos baixos ordenados e desprestígio social da profissão (Veiga, 2010, p. 278). Nos Relatórios de Educação, compostos pelo Inspetor-Geral de Instrução Pública da Província, são frequentes acusações contra professoras consideradas inaptas para o exercício dos seus deveres ou que eram simplesmente displicentes com o ensino.³

Frente à dificuldade de suprir as escolas primárias femininas com mulheres adequadamente habilitadas para lecionarem, os inspetores-gerais voltaram sua atenção para institutos assistenciais, como o Seminário da Glória. Em 1847, anexo ao Seminário, começou a funcionar a primeira Escola Normal feminina da província, um curso de capacitação para o professorado com duração de dois anos (Saffioti, 2013, p. 277-284). No entanto, a escola nunca chegou a ser inaugurada devido à falta de professoras com conhecimentos necessários para lecionarem as matérias estipuladas no programa. Essa deficiência educacional somente foi suprida em junho de 1853, quando uma escola de primeiras letras foi inaugurada anexo ao Seminário (P04 D018 O897). Com isso, se iniciou a

³ Essa realidade pode ser elucidada no relatório de Instrução Pública da Província de São Paulo em 1853: “A professora de Pirapora, acusada de não ensinar as discípulas de modo satisfatório, em consequência da admoestação do Inspector do Districto [...] Da de Mogimirim recebi a triste informação, de natureza a constituí-la inapta para o professorado.” (APESP: Relatório de Instrução Pública da Província de São Paulo em 1853, feito pelo Dr. Diogo de Mendonça Pinto, p. 12).

segunda fase da instituição, período em que passou a cumprir fins de profissionalização sistemática de suas internas.

Foi durante esse segundo período que a escravizada Cecília entra em contato com o Seminário da Glória. Ao analisar as relações do mundo do trabalho dentro do estabelecimento, foi possível enxergar uma nova área de atuação de pessoas escravizadas na cidade de São Paulo, permitindo desvendar como as transformações urbanas e políticas que ocorreram em São Paulo ao longo do século XIX afetaram, no nível do cotidiano, o funcionamento da escravidão urbana na capital.

A escravidão e o Seminário da Glória

São Paulo vivia novos ares durante a metade do século XIX. O impulso econômico trazido à tona pelo café dinamizou tanto o meio rural como a arcaica capital, propelindo a periférica e irrelevante província paulista para o centro da economia agroexportadora nacional. Com o progresso capitaneado pela cafeicultura, a capital figurou-se situada em um ponto geográfico estratégico. Espremida entre o interior produtivo e o litoral exportador, a cidade tornou-se o ponto ideal para a condução dos negócios e investimentos da auspiciosa e enriquecia burguesia paulistana (Morse, 1954, p. 15-18).

Todavia, durante esse momento de crescimento e prosperidade, São Paulo se encontrou envolvido no início da crise da escravidão urbana, que desaguou na abolição da escravatura em 1888. Com a proibição do tráfico de escravizados ao Brasil, devido à promulgação da lei Eusébio de Queiroz, cativos passaram a ser transferidos em massa de regiões mais improdutivas – como o Nordeste açucareiro – para as insaciáveis lavouras cafeicultoras, em constante demanda pela mão-obra-forçada. Esse cenário, que tinha como centro o interior produtivo da província, também repercutiu na cidade paulista. A macrozona cafeicultora monopolizava os cativos onde quer que os achasse. Com isto, São Paulo experienciou a inflação do preço da mão de obra escravizada, tornando-a inacessível para grande parte da população (Mattos, 2013, p. 83-94).

O crescimento econômico da província, embora trouxe bem-estar aos mais endinheirados, gradualmente transfigurou as condições de existência dos setores mais depauperados que viviam na capital. Durante esse momento, a população urbana, antes dependente da escravidão, sofreu uma queda de seus rendimentos. Afinal das contas, o comércio nas ruas e praças constituía-se como a principal forma de subsistência da

população empobrecida nas cidades; todavia, muitas vezes provava-se um meio insuficiente para suprir adequadamente as necessidades diárias. Por isso, como acréscimo à renda mensal, pequenos comerciantes, viúvas e lares mais pobres recorriam ao uso de escravizados, sobretudo dos chamados “escravos de ganho”, como uma maneira de complementar seus ganhos. Com a inacessibilidade da posse da mão de obra escravizada e o aumento da inflação durante este período⁴, a população paulista vivenciou por um processo, que embora gradual, agravou consideravelmente suas condições de vida (Dias, 1984, p. 121-122).⁵

Acompanhando o novo cenário econômico da província, as autoridades, preocupadas com a ordem urbana na capital, implementaram uma política de controle direcionada à população desamparada em crescimento englobada por três áreas: 1) a da violência, por meio da ação policial; 2) a de disciplinarização, por intermédio de instituições como prisões, institutos profissionalizantes e hospícios; e 3) por último, através da esfera ideológica, que visava inculcar novas crenças e comportamentos considerados aceitáveis na sociedade civil. Afinal, o controle social não dependia somente de aparatos legislativos - implementados para punir, excluir e proibir, como prisões -, mas também foi criado e preservado através de ferramentas mais sutis de normatização social, disseminadas pela educação, pelo assistencialismo e pela política (Costa, 1979, p. 49-50).

Seguindo essa linha, percebe-se que o Seminário da Glória pode ser definido como uma *instituição total*. Segundo o psicólogo norte-americano, Erving Goffman, esses são tipos de estabelecimentos, que separados da sociedade civil, tem a função de disciplinar e readequar os comportamentos dos internos. Nessa categoria, se inserem as prisões, quartéis e instituições assistenciais, como orfanatos e escolas profissionalizantes, sendo este o caso do Seminário da Glória (Goffman, 1974, p. 11-18).

⁴ Para contextualizar, em 1853, o preço do toucinho, componente essencial da mesa paulista, aumentou de 80\$ a libra para 800\$. Em comparação a renda mensal situada no limiar da pobreza ficava entre 25\$ e 50\$. A expansão da malha urbana durante esse período, também dificultou a criação de roças domésticas, fazendo com que a população se tornasse mais dependente dos mercados. Diante isto, pode-se vislumbrar alguns dos fatores que contribuíram para o crescimento da chamada “pobreza desamparada”, ou seja, pessoas pobres que não tinham a mínima condição de sobrevivência (Dias, 1984, p. 121-2).

⁵ Segundo Maria Odila Dias, em 1804, 56% das mulheres pobres possuíam escravizados; em contraposição, este número abaixa para 26% em 1836, e permanece em queda ao longo de toda a segunda metade do século XIX (Dias, 1984, p. 121-2).

Nesses locais, todas as esferas da vida se concentram em um mesmo local e são pautadas por normas, regras e horários rígidos. Os mecanismos de controle cotidiano se resumem a vigilância, obediência e examinação. Para o controle das tarefas diárias, existe um grupo de funcionários, dedicados quase integralmente àquela instituição. No caso do Seminário da Glória, esses eram os quadros dirigentes - como professoras, diretoras e síndicos – assim como as pessoas escravizadas, destinadas à realização dos serviços braçais diários da instituição.⁶

O uso da mão de obra cativa no Seminário cristaliza o fato de que instituições totais não são espaços totalmente dissociados da sociedade geral. Muito pelo contrário, as dinâmicas internas desses estabelecimentos são pautadas por uma certa “permeabilidade”, onde os padrões e hierarquias sociais do mundo externo, assim como as noções relativas à classe, raça, gênero e trabalho, vigentes na comunidade civil, são reproduzidas em seu interior (Goffman, 1974, p. 104-107).

No instante da institucionalização, o interno experiencia um processo de adaptação e inserção a essa nova comunidade separada do universo externo, onde através de processos de violência e dominação física, aprende novos símbolos sociais, atos de deferência e comportamentos (Idem, p. 25-30). Entretanto, essa experiência de normatização não se limitou somente às educandas do Seminário da Glória, mas também foi vivenciada pelos escravizados que trabalharam nesse estabelecimento.

Afinal, todos aqueles que estão em um ambiente restritivo e controlado, estão inseridos dentro de uma *microfísica de poder* que lida com uma tecnologia punitiva sobre o corpo. Nas relações escravistas, esse processo se agrava ainda mais, já como a manutenção da relação entre senhor e escravo ocorre mediante a violência; ou seja, mesmo dentro de uma instituição assistencial, como o Seminário da Glória, esses processos não deixaram de ocorrer (Foucault, 2014, p. 28-29). Seguindo essa linha, agora convém investigar como a crise do sistema escravista, afetou a vida, as resistências e as perspectivas de liberdade de pessoas cativas na capital. Essa realidade será contada através da história da escravizada Cecília, observando sua trajetória de mulher escravizada até sua eventual fuga.

⁶ O Seminário tinha os seguintes cargos: diretora, capelão, professora de primeiras letras, prendas domésticas e cirurgião. A diretora recebia o ordenado anual de 560\$000, com uma gratificação anual de 50\$000; o capelão, 480\$000; a professora de primeiras letras, 600\$000 com uma gratificação anual de 100\$000; a de prendas domésticas, 360\$000; o cirurgião, 240\$000. A dotação anual conferida a instituição era de 7.888\$000 In: Bndigital. Correio Paulistano, 5 de abril de 1865, n. 02660.

O caso da Africana Cecília

Para a compreensão da história da africana Cecília, escravizada do Seminário da Glória, primeiro é necessário compreender o contexto macrossocial em que esta mulher estava inserida. Certos aspectos mostraram-se centrais para o entendimento de sua experiência de escravização e institucionalização em um estabelecimento assistencialista. Esses fatores, já pontuados, envolveram o declínio da ordem escravagista, crescimento econômico da província de São Paulo e desenvolvimento de novas visões e expectativas sobre o alcance da liberdade traçadas por pessoas cativas durante esse período.

Com a expansão da agricultura cafeeira, houve um aumento progressivo de escravizados na província de São Paulo. Entretanto, 95% dessa mão de obra era direcionada ao meio rural, e apenas 5% ao urbano. Em São Paulo, as atividades econômicas que surgiram após o crescimento financeiro, impulsionado pela cafeicultura em expansão no oeste paulista, monopolizaram os braços cativos no campo e privilegiaram o trabalho livre no meio urbano (Bastide; Fernandes, 2008, p. 61). Portanto, ao abordar a escravidão na capital a partir da segunda metade do XIX, implica tratar de uma realidade menos expressiva dentro do universo escravista. Todavia, era por essa exata razão, que a ordem escravocrata urbana se desintegrava em níveis mais rápidos e experienciava uma realidade distinta daquela vigente na zona cafeeicultora.

Ademais, nessa época, a capital passou por um processo de institucionalização da violência de senhores contra seus escravizados. Por conta do crescimento dos movimentos políticos que se opunham à escravidão, práticas punitivas começaram a ser malvistas pelos habitantes da capital e pela comunidade internacional, vistas como símbolos de uma sociedade retrógrada. Portanto, o governo passou a se posicionar como o principal órgão responsável pela aplicação de práticas de violência e controle contra os cativos. Essa “burocratização da violência” apresentou-se como um dos aspectos centrais da história de Cecília, já como influenciou seus mecanismos de resistência empreendidos no dia a dia (Slenes, 2019, p. 209-210).

Aliado a isso, expectativas relativas à libertação estavam se transformando entre os cativos nesse período. O número de alforrias concedidas no núcleo urbano eram consideravelmente mais altas que nas áreas rurais, e estavam tornando-se mais frequentes durante meados dos oitocentos, concedendo aos escravizados novos horizontes de liberdade dentro das cidades (Mattos, 2013, p. 60). Contribuindo a essa conjuntura,

escravizados urbanos possuíam uma maior mobilidade dentro do espaço da cidade. Normalmente, essas pessoas executavam ofícios que demandavam sua circulação por diversas áreas, como chafarizes e mercados. Esse universo de trabalho dificultava a constante supervisão senhorial e permitia com que os escravizados desenvolvessem um nível de “autonomia” – mesmo que extremamente limitado em comparação a pessoas livres- significativamente maior do que os cativos direcionados à agricultura (Bastide; Fernandes, 2008, p. 120).

Por isso, mesmo transpassada por dinâmicas distintas daquelas que ocorriam no meio rural, a escravidão era uma face central da vida na capital. Como já foi pontuado, os escravizados estavam em toda parte, inclusive sendo utilizados em estabelecimentos filantrópicos e educacionais. Essas pessoas habitavam os institutos em que trabalhavam com seus filhos e cônjuges, constituindo uma parte integral do dia a dia destes estabelecimentos. Devido a este amplo uso da mão-de-obra cativa na cidade de São Paulo, em 1857 no Código de Instrução Pública da Província foi outorgada, essencialmente, uma lei morta:

Art. 335. Somente se admittirão nos internatos serventes livres; seu numero será marcado pelo Presidente da Província por proposta do Director geral, que ouvirá o respectivo diretor. Sero divididos pelo seguinte modo. 1º serviço externo. 2º do serviço da cozinha, dispensa e meza. 3º do serviço do aceio, e inspecção dos dormitórios, enfermarias, locutórios, pateos, latrina e mais partes do edificio. (APESP, Código de Instrução Pública da Província, p. 57)

Ao contrário do previsto, o uso de trabalhadores livres em instituições assistenciais permaneceu mínimo. O principal meio utilizado para a execução das tarefas diárias continuou a ser o trabalho de homens e mulheres escravizados. Embora proibido por lei, as autoridades, inspetores, assim como a imprensa, estavam cientes do uso deste tipo de mão-de-obra. Ainda mais, o governo também reaproveitava escravizados de outras áreas, por vezes empregados na construção de estradas e ferrovias, ou até mesmo em outras instituições públicas, enviando-as quando necessário ao Seminário. (Correio Paulistano, 9/11/1858, n. 00789).

Embora a utilização de escravizados fosse predominantemente nestas instituições, a concessão de alforrias pela equipe dirigente era uma prática relativamente comum. Portanto, deve-se notar que para as pessoas escravizadas, ser empregado em um estabelecimento público era uma situação vantajosa, pois, quando adentravam esse

universo suas chances para o alcance da liberdade aumentavam. Por exemplo, mulheres casadas escravizadas a serviço do Seminário da Glória eram automaticamente alforriadas se os seus cônjuges fossem serventes do Quartel (P01 D37 O915).

Uma outra possibilidade de alforria ocorria se os escravizados ficassem doentes, como em 1864, quando duas africanas que trabalhavam no Seminário foram emancipadas devido ao seu mau estado de saúde que se tornava oneroso à instituição (Correio Paulistano, 25/09/1864, n.02506). Essa também foi a situação da escravizada, posteriormente liberta, Miquelina. Em 1858, Miquelina morre infectada por bexigas (varíola). Contaminou-se ao visitar sua madrinha, Maria Moçambique, uma mulher parálitica, antiga escrava do estabelecimento, mas que, devido seus problemas de saúde fora alforriada. Após ter sido diagnosticada, Miquelina foi enviado ao lazareto, onde morreu no dia 11 de setembro de 1858 (C112 P01 D111).

Em face ao seu falecimento, a mão de obra precisou ser reposta. Afinal, o trabalho escravizado era uma parte essencial da administração do estabelecimento. A instituição tinha dois escravizados pertencentes à Fazenda Nacional. Normalmente, eram direcionados ao Seminário casais, alguns até mesmo casados. O homem era empregado na manutenção dos pastos da chácara e na compra dos mantimentos, enquanto a mulher era encarregada de passar e lavar as roupas, cozinhar e limpar (Hilsdorf, 2005, p. 60). Por isso, foi em boa hora que a africana Cecília, servente do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, decidiu mandar uma carta ao presidente da província:

Exmo Snr Presidente. Como sube q V. Ex tem de mandar para Seminario das Educandas minha filha he a razão de chegar aos pes de V. Ex implorando sua benévola proteção. Por o meu desejo he q V. Ex me mande para servir o dito Seminario para aqui eu viver muito afflictiva, por cauza das molestias, por tenho criança e esta toda cuberta de larvaes. Esperançada na bondade de V. Ex pedi q esta para mim fisessem. Ficando V. Ex certo q/ deos será grato a bondade de V. Ex. Pois eu so sirvo para ser de V. Ex Captiva e muito [agradecida?] A Africana Cecilia (C115 P21 D34 OD910).

A carta fora assinada por Cecília, mas devido aos altos níveis de analfabetismo da sociedade imperial, principalmente entre escravizados, é provável que Cecília fosse analfabeta. Segundo os pesquisadores da educação brasileira, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueller (2008), no censo de 1872, entre 70.000 escravizados registrados,

apenas 1% era considerado alfabetizado. Dessas 70.000 pessoas espalhadas pelo território nacional, apenas 104 estavam na província de São Paulo (Gondra; Schueller, 2008, p. 253).

Frente a esses dados, é grande a probabilidade de que Cecília não soubesse nem ler, nem escrever. Portanto, ao redigir sua carta, é provável que tenha recorrido a uma prática amplamente disseminada em uma sociedade predominantemente analfabeta: a narração de sua carta a um terceiro alfabetizado. Entretanto, essa ação não simboliza que Cecília não tivesse contato com a escrita e a leitura pelo contexto oral. Muito pelo contrário.

Em sua tese de doutorado, Silvia Rachi (2016), explora os usos sociais da escrita feitos por mulheres, que, muitas vezes, não tinham a habilidade de escrever, mas que entravam na esfera do universo letrado através da oralidade. Por meio da escrita e leitura coletiva, intermediadas por um indivíduo alfabetizado, conseguiam cumprir diversas tarefas necessárias à vida familiar e cotidiana, como por exemplo, a narração de testamentos. Ou seja, estas mulheres analfabetas tinham contato com a escrita e a leitura através da oralidade (Rachi, 2016, p. 40-87). Esse evento é denominado pela autora como:

[...] a experiência da escrita colaborativa, ou seja, daquela caracterizada pela presença de um intermediário, revela a ampla interação existente entre a oralidade e a capacidade ou habilidade de escrever. Os conhecimentos que o narrador-autor traz para o momento da escrita, mesmo sem saber escrever sozinho, são indispensáveis para a construção do texto. Esse aspecto leva à consideração das diferentes maneiras de se redigir (Idem, p. 69).

Em suma, a escrita solidária implica na relação e diferentes formas de contato dos sujeitos com o ato de escrever, tendo como objetivo cumprir uma miríade de necessidades da vida diária (Idem, p. 40). As práticas de escrita solidária - ou seja, o ato de escrever um documento por meio da narração - constituíram uma parte central das dinâmicas do universo letrado dentro de uma sociedade majoritariamente analfabeta, como era o caso do Brasil no século XIX. Afinal, o “autor oral” do documento, para o narrar de forma adequada, tinha de ter conhecimento sobre as estruturas básicas do texto escrito, de forma que pudesse veicular sua mensagem da maneira desejada (Idem, p. 87). Cecília, portanto, mesmo não tendo o domínio de leitura ou da escrita, denuncia em seu documento profundo contato com o universo letrado. Chega-se à conclusão de que essa mulher era minimamente letrada, mesmo que não fosse alfabetizada - ou seja, não tivesse domínio do alfabeto.

Em sua carta, pode-se perceber que se vale de estratégias narrativas e táticas argumentativas para o alcance de fins pessoais. Utiliza-se de suas relações familiares para a conquista de condições de vida melhores para si e seus filhos, assim como tenta influenciar a decisão das autoridades provinciais pautando-se em argumentos emocionais. Entretanto, não deixa de pontuar um certo pragmatismo, demonstrando a vantagem mútua que sua transferência, junto de sua filha, teria para o próprio Seminário da Glória. Por fim, demonstra gratidão, como forma de solidificar seu argumento (C115 P21 D34 OD910). Nesse sentido, por meio de mãos alheias, Cecília entrou em contato não apenas o universo letrado, mas se utilizou desse para dialogar com as esferas de poder por meio de ferramentas que apenas poderiam ser concedidas através da escrita.

Sua iniciativa não foi em vão, pois no dia 25 de julho de 1859, o provedor da Santa Casa da Misericórdia, o Barão de Iguape, envia ao vice-presidente da província, a seguinte resposta relativa à petição de Cecília:

Acuzzando o recebimento do Officio de V. Ex enviado datado do dia 20 do corrente esse que exiges que eu informe, sé possível ser transferida sem inconveniente a Africana de nome Cecilia, que existe encarregada no serviço do Hospital da Caridade para o Seminario do Acú desta Cidade, onde já [ilegível] sedes filha; Tenho a honra de informar a V. Ex que, comquanto se faça preciso n'aquelle Hospital os serviços da mesma africana ou sendo nenhum inconveniente exiista para que ella seja necessária para o referido Seminario, parecendo ate justa essas deliberação visto como já admitiu sua filha, e for V. Ex assim determinar, para de razão que Pareceres, a acompanhar-lhe sua outras filhas em igual circumstancia que se achao no mesmo Hospital (C115 P3 D5 OD 914)

No dia 31 de maio de 1859, Cecília é admitida no Seminário da Glória (C115 P7 D11 OD 910). Nesse ano, por relato da diretora, a escravizada vivia no estabelecimento, junto aos seus 3 filhos. Esse fato não era incomum, pois além dela, a africana Carolina residia na instituição com uma filha; da mesma forma que a servente Joaquina, habitava o Seminário ao lado de seu filho (C01522. 20/10/1859).

Em 1862, um dos filhos de Cecilia, Vicente, menor de idade, morre no dia 13 de janeiro (P01 D012 O920). A partir de então, estabelece relações com um outro trabalhador do Seminário, um homem chamado Chrispim. Em março de 1863, Cecília e ele fogem da instituição. A diretora relata: “ Comunico á V. Ex que evadirão-se d'este Seminario os africanos de nomes Chrispim, e Cecília, sendo o motivo da evazão sê-los repreendidos por faltas no serviço e estado de insubordinação em que se achão *pois que declaram que são livres e que não se pode obrigar-os ao trabalho*”(O923 P1 D69).

É incerto se Cecília havia sido alforriada, pelo menos nenhum registro desse tipo foi encontrado entre os registros do Seminário. Talvez, um fato jurídico, talvez uma autoproclamação de Cecília e Chrispim. Todavia, se de fato fossem plenamente livres, é provável que a diretora teria relatado que os dois haviam saído ou se demitido da instituição, ao invés de terem se evadido.

Todavia, ainda há um outro aspecto que deve ser analisado nesse ato de declaração de liberdade de Cecília e Chrispim. Novas noções e expectativas em relação à emancipação estavam sendo traçadas entre os cativos na capital, e isso estava profundamente correlacionado com a crise do sistema escravista no meio urbano. No entanto, essa ação de resistência pelos escravizados também era reflexo do processo de institucionalização da violência que ocorre na capital a partir de meados do XIX.

A partir desta imposição administrativa, os escravizados do Seminário da Glória viam-se em uma nova posição vantajosa. O “impeditivo” que proibia a punição física de escravizados de instituições públicas, sem dúvida, foi um importante mecanismo de resistência empregado cotidianamente pelos cativos empregados no Seminário. Afinal, os administradores, para efetivamente punirem os escravizados, tinham de pedir autorização às autoridades da província o que colocava um entrave as formas de violência física antes vigentes. Bernardina Eufrosina Pereira, diretora empossada em 1859, relata em 1861 os usos que os trabalhadores escravos da instituição faziam desta nova determinação legislativa.

Ilmo Exmo SnR . Levo ao conhecimento de V. E a fim de que se digne dar alguma providência a respeito á alteração em que se achão as africanas empregadas no serviço d’este Estabelecimento, pois que apoiadas em não serem castigadas assustão em desobediência ás medidas que prescrevo. É me ordenado pelo Regulamento do Sr. Dr. Inspector Geral da Instrucção Publica, que as 8 horas deve-se achar fexado o Estabelecimento, esta muitas vezes não consigo em virtude de acharem-se fora as ditas africanas, como aconteceu hontem, facto que julgo V. Ex não ignorar (C01522. 13/12/1861).

Sabe-se que Cecília, durante o período desse conflito, ainda trabalhava na instituição. Após cinco anos de subjugação a um serviço exaustivo, Cecília e Chrispim, incentivados pelas novas dinâmicas do escravismo urbano da cidade de São Paulo, decidem se proclamar como pessoas livres e fogem. Após sua evasão com Chrispim, nada mais se sabe sobre Cecília. Mas sua breve história permite entrever as tensões, expectativas, resistências e as motivações que englobavam o dia a dia dos escravizados do Seminário da Glória.

Conclusão

Ao aprofundar a visão sobre sujeitos históricos, analisando suas histórias e casos individuais, torna-se possível conectar o microssocial ao macrossocial. Este artigo teve como objetivo compreender a experiência da escravidão urbana em instituições assistenciais diante a crise do sistema escravista, iniciada com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850). Com a análise do universo da escravidão em estabelecimentos públicos, como o Seminário da Glória, elucida-se a transformação das relações escravistas durante o período analisado. Ademais, desvenda-se o processo de institucionalização da violência durante a segunda metade do XIX, e como essa determinação administrativa alterou as estratégias de resistência e as expectativas de liberdade desenvolvidas pelos escravizados a serviço dessas instituições.

Com base na história da Africana Cecília, investigou-se os mecanismos de negociação que pessoas cativas empreenderam para conquistarem melhores condições de vida e preservarem seus relacionamentos familiares. Da mesma forma, observou-se como os escravizados entraram em contato com as esferas de poder e com o universo letrado. Essas dinâmicas apenas conseguiram ser desvendadas através da jornada de Cecília em busca de novos horizontes de liberdade.

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo, ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4ª ed. rev– São Paulo: Global, 2008.

BORGES, Wanda Rosa. *A profissionalização feminina, uma experiência no ensino público*. Edições Loyola, 1980.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e normativa familiar*. Rio de Janeiro – GRAAL LTDA. 1979.

DIAS, M. O. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Editora Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42ª edição. Petrópolis- RJ, Vozes, 2014

GONDRA, José Gonçalves ; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. Cortez Editora, SP. 2008.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, SP, 1974.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

_____. *Tão longe, tão perto: as meninas do Seminário* IN: *Histórias e Memórias da Educação brasileira, volume II: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARCILIO, M. L. *História social da criança abandonada*. 3 ed – São Paulo – HUCITEC, 2019.

MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3ª edição, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MORSE, R. M. *De comunidade a metrópole, biografia de São Paulo*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 1954.

RACHI, S. *Por mãos alheias, usos da escrita na sociedade colonial*: Editora PUC MINAS, BH. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 1ª ed. São Paulo - Expressão Popular, 2013.

SLENES, R. W. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista* IN: ALENCASTRO; L. F (org); NOVAIS, F. A (cord) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 1ª edição – São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. *Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX*. Educação em Revista. Belo Horizonte. V. 26. N01. P. 263-286. Abril 2010.

VENDRAME; KARSBURG. *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020.

Fontes do Arquivo do Estado de São Paulo

APESP: Relatório de Instrução Pública da Província de São Paulo em 1853, feito pelo Dr. Diogo de Mendonça Pinto.

APESP. Acervo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das ordens: P04 D018 O897.

APESP. Código de Instrução Pública da Província no ano de 1857, p. 57.

APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa: C01522. 18 de abril de 1866.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: P01 D37 O915.

APESP. Fundos dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: O902 C107 P7 D15.

APESP. Fundos dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: C112 P01 D111.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: C115 P21 D34 OD 910.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: C115 P3 D5 OD 914.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: C115 P7 D11 OD 910.

APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa: C01522. 20 de outubro de 1859.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: P01 D012 O920.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: O923 P1 D69.

APESP: Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C71 P02 D19 O866.

APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa: C01522. 13 de dezembro de 1861.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Bndigital)

Bndigital. Correio Paulistano, 5 de abril de 1865, n. 02660

Bndigital: Correio Paulistano, 9 de novembro de 1858, n. 00789

Bndigital: Correio Paulistano, 25 de setembro de 1864, n. 02506.